

“SOU-ME”: FORMAS DO *EUNA* ENUNCIÇÃO LITERÁRIA DO *LIVRO DO DESASSOSSEGO*

“SOU-ME”: FIRST PERSON FORMS IN THE LITERARY ENUNCIATION IN
LIVRO DO DESASSOSSEGO

Vicente de Souza Cardoso Jr.¹

RESUMO: Este artigo pretende analisar a maneira como o enunciador do *Livro do Desassossego* mobiliza as formas de primeira pessoa em alguns dos fragmentos que compõem essa obra, escrita em prosa por Fernando Pessoa ao longo de duas décadas e atribuída ao semi-heterônimo Bernardo Soares. A base para a análise é a teoria da enunciação de Émile Benveniste e a leitura que o filósofo Dany-Robert Dufour faz dessa teoria, em suas reflexões sobre o dispositivo trinitário inerente às línguas naturais. Entre os resultados, pretende-se mostrar que, na obra analisada, a subjetividade deixa de ser somente uma condição subjacente à enunciação, para ser trazida à tona como objeto, passível de ser manejado *na/pela* enunciação literária.

Palavras-chave: Enunciação literária; teoria da enunciação; dispositivo trinitário; *Livro do Desassossego*.

ABSTRACT: This article aims to analyze how the enunciator of *Livro do Desassossego* uses the first person forms in some of the fragments of this book, written in prose by Fernando Pessoa over two decades and attributed to the semi-heteronym Bernardo Soares. The theoretical basis for the analysis is Émile Benveniste's enunciation theory and the philosopher Dany-Robert Dufour's reading of this theory, in his reflections on the trinitarian device inherent to natural languages. As a result, it is intended to show how subjectivity, besides a natural condition underlying the enunciation, is brought up as an object, capable of being handled *in/by* literary enunciation.

Keywords: Literary enunciation; enunciation theory; trinitarian device; *Livro do Desassossego*.

“*Quem sou eu para mim? Só uma sensação minha.*”
(PESSOA, 1999, p. 170)

¹ Mestrando em Estudos da Linguagem no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS.

1 Introdução

“Transeuntes eternos por nós mesmos, não há paisagem senão o que somos. Nada possuímos, porque nem a nós possuímos. Nada temos porque nada somos. Que mãos estenderei para que universo? O universo não é meu: sou eu” (PESSOA, 1999, p. 145).

Ao ler o *Livro do Desassossego* para a escrita deste artigo, quando me deparava com enunciados como “O universo não é meu: sou eu”, me sentia paradoxalmente confuso e esclarecido, como se um pequeno enigma me concedesse, em seu mistério, uma dose de sabedoria.

A obra é composta por fragmentos - mais de 500 textos de extensão variável, escritos em prosa por Fernando Pessoa ao longo de duas décadas, e que ele tinha apenas começado a editar quando faleceu, em 1935. Boa parte das polêmicas e divergências em torno da obra se materializa nas várias edições que ela já teve. Por exemplo, cada editor adota um critério para a organização dos textos, o que faz toda a diferença para o resultado final como livro.²

Há ainda a polêmica em torno da autoria. Na capa do livro, o nome do autor será Fernando Pessoa ou Bernardo Soares, autor fictício a quem Pessoa atribuía o *Livro do Desassossego*? Na edição que li e cito neste artigo, organizada por Ricardo Zenith, publicada no Brasil pela Companhia das Letras, a opção foi por atribuir a autoria a Pessoa (por isso, por uma razão técnica, é este o sobrenome que aparece nas citações). Entretanto, quando me refiro ao enunciador do livro, utilizo o nome de Bernardo Soares, seguindo o padrão de Leyla Perrone-Moysés (2001), crítica literária e pesquisadora que utilizo como referência para a contextualização da obra em relação ao conjunto dos autores pessoanos.

O quadro teórico utilizado para as análises empreendidas aqui é a teoria da enunciação de Émile Benveniste, a partir de textos do linguista que compõem os dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*. Recorro, também, à leitura que o filósofo Dany-Robert Dufour faz dos estudos de Benveniste sobre os pronomes e a categoria linguística de pessoa.

Nas páginas a seguir, proponho uma reflexão sobre o modo como as formas de primeira pessoa são mobilizadas pelo enunciador do *Livro do Desassossego* com o objetivo de fazer da subjetividade um tema, uma matéria, um objeto, passível de ser manejado artisticamente.

2 Subjetividades de um semi-heterônimo

“Vago, e folheio em mim, sem o ler, um livro de texto intersperso³ de imagens rápidas, de que vou formando indolentemente uma ideia que nunca se completa.” (PESSOA, 1999, p. 191). “Dia a dia em mim aumenta a incompetência para sequer esboçar gestos, para me conceber sequer em situações claras de realidade.” (PESSOA, 1999, p. 474). “Há muito - não sei

² Em uma reflexão sobre as diferentes edições da obra e os diferentes tratamentos dados a ela ao longo das décadas, Osvaldo Manuel Silvestre (2014) mostra a tendência de se afastar o *Livro do Desassossego* da categoria *livro*, aproximando-o mais da ideia de *arquivo*. Silvestre (2014) verifica, por exemplo, uma maior preocupação dos editores com a questão da ordenação dos fragmentos do que com o problema da dupla autoria - há uma fase da escrita do *Livro do Desassossego* em que Pessoa atribuía os textos não a Bernardo Soares, mas a Vicente Guedes.

³ Provavelmente o sentido é equivalente a ‘intercalado’, do verbo inglês *intersperse* (‘intercalar’).

se há dias, se há meses - não registro impressão nenhuma; não penso, portanto, não existo. Estou esquecido de quem sou; não sei escrever porque não sei ser.” (PESSOA, 1999, p. 343).

Nesses como em outros trechos do *Livro do Desassossego*, o enunciador se descreve por imagens marcadas pela incompletude, pela incapacidade de ação, por uma existência parcial, falha - imagens compatíveis com o modo como Fernando Pessoa o define, em carta a um amigo: como um semi-heterônimo. “É um semi-heterônimo porque, não sendo a personalidade a minha, é, não diferente da minha, mas uma simples mutilação dela. Sou eu menos o raciocínio e a afetividade”. (PESSOA, 1999, p. 506). Sendo assim, Bernardo Soares está em condição diferente daquela em que se encontram Ricardo Reis, Alberto Caeiro, Álvaro de Campos, heterônimos completos, como observado por Leyla Perrone-Moisés (2001):⁴

Bernardo Soares não tem consistência suficiente: é um ser sonolento, fluido, espectral, que só se reconhece como ‘vazio’, e como ‘ninguém’. Escreve uma ‘autobiografia sem fatos’, ‘uma história sem vida’. [...] E Fernando Pessoa, já reduzido à condição de fictício desde a criação dos heterônimos, esvai-se ainda mais no *Livro*, porque aí ele não está *ao lado* de Bernardo Soares (como estava ao lado dos outros, em posição de diferença e até mesmo de polêmica), mas *em* Bernardo Soares, o qual não é nem idêntico a ele, nem suficientemente diverso. (pp. 289-290)

A condição de incompletude é própria também à obra. Não apenas por fatos externos a ela, como ter sido escrita ao longo de décadas e a morte de Pessoa no momento em que ele começava a editá-la para publicação. O inacabamento marca o *Livro do Desassossego* também internamente, por seu aspecto fragmentário e pelas tensões que coloca sobre a noção de gênero (“autobiografia sem fatos”) e sobre o próprio objeto livro: “E eu que digo isto - por que escrevo eu este livro? Porque o reconheço imperfeito. Calado seria a perfeição; escrito, imperfeição-se; por isso o escrevo.” (PESSOA, 1999, p. 308).

A complexa questão do gênero no *Livro do Desassossego* precisa ser considerada do ponto de vista da finalidade da obra, como nos indica Perrone-Moisés (2001): “O ‘diário íntimo’ de Bernardo Soares visa menos à expressão de seu desassossego do que à confecção de um livro” (p. 263). No parágrafo completo em que aparece a expressão “autobiografia sem fatos”, o enunciador flerta com o gênero confessional, ao mesmo tempo em que se esquiva de uma fácil classificação para sua obra:

Invejo - mas não sei se invejo - aqueles de quem se pode escrever uma biografia, ou que podem escrever a própria. Nestas impressões sem nexos, nem desejo de nexos, narro indiferentemente a minha autobiografia sem fatos, a minha história sem vida. São as minhas Confissões, e, se nelas nada digo, é que nada tenho que dizer. (PESSOA, 1999, p. 54)

⁴ A obra *Fernando Pessoa - Aquém do eu, além do eu* (3ª edição, revisada e ampliada) traz a seção *A prosa do desassossego*, com textos que a pesquisadora e crítica literária Leyla Perrone-Moisés publicou entre 1983 e 2000 sobre o *Livro do Desassossego*. São sete artigos extremamente relevantes para aprofundar a reflexão sobre a obra em vários aspectos, por exemplo, para compreender a singularidade do lugar de enunciação de Bernardo Soares em relação ao conjunto de autores criados por Fernando Pessoa.

Afinal, o “objetivo primordial de Bernardo Soares não é registrar estados de alma, mas usá-los como pretextos de uma busca de linguagem” (PERRONE-MOISÉS, 2001, p. 263). Comparando as obras dos diferentes autores do conjunto pessoano, Perrone-Moisés (2001) afirma: “Fernando Pessoa tem uma *mensagem*, política e esotérica; Ricardo Reis enuncia uma *ética*, Caeiro uma *sabedoria*, Álvaro de Campos se *exprime* até o paroxismo.” (p. 225). Já Bernardo Soares seria aquele que desenvolve ao máximo a função poética da linguagem, tomada em seu caráter autotélico (a linguagem voltada a si mesma).

Nas considerações teóricas do ortônimo e dos heterônimos, apesar de eventuais discordâncias, predomina a concepção clássica da linguagem como instrumento de representação ou de expressão. Em Bernardo Soares, a linguagem não é meio, mas fim. Em seu livro, a questão da autonomia e da intransitividade da linguagem poética é levada a extremos que não se encontram nas teorias dos outros. (PERRONE-MOISÉS, 2001, pp. 223-224)

Essa teoria moderna⁵ da linguagem permite que o gênero confessional seja só um pretexto para a experimentação da linguagem. Aliás, é o que Perrone-Moisés (2001) afirma sobre as temáticas do *Livro do Desassossego* de modo geral - paisagens, estados de espírito, considerações políticas, históricas, entre outras: “[...] todos os temas são, para Bernardo Soares, pretextos. O que mais lhe interessa é desenvolver esses temas em palavras certas” (p. 271). E, um pouco adiante, a pesquisadora acrescenta: “Dizer, para ele, não é representar o mundo nem expressar o homem; é criá-los, fazê-los existir” (PERRONE-MOISÉS, 2001, p. 272).

Neste ponto, destaco a semelhança entre a concepção de linguagem que Perrone-Moisés atribui a Bernardo Soares e um princípio que encontramos no campo dos estudos benvenistianos. “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (BENVENISTE, 2005a, p. 286, grifo do autor), afirma Émile Benveniste em *Da subjetividade na linguagem*. É principalmente a partir de seus estudos sobre os pronomes e a categoria de ‘pessoa’ que o linguista sírio-francês nos mostra a preeminência da língua na constituição do sujeito a cada momento em que se fala: “Desde que o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando - explicitamente ou não - o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda” (BENVENISTE, 2006b, p. 69).

No *Livro do Desassossego*, nos deparamos com um enunciador plenamente consciente da primazia das formas de primeira pessoa para que a subjetividade se constitua *na/pela* linguagem - um enunciador que até mesmo explicita essa consciência em dado momento:

Se quiser dizer que existo, direi “Sou”. Se quiser dizer que existo como alma separada, direi “Sou eu”. Mas se quiser dizer que existo como entidade que a si mesma se dirige e forma, que exerce junto de si mesma a função divina de se

⁵ Como o *Livro do Desassossego* é composto por centenas de fragmentos, é preciso tomar essa afirmação como uma avaliação geral da obra. Perrone-Moisés (2001) afirma, inclusive, que é possível encontrar ecos dos outros autores do conjunto pessoano no *Livro do Desassossego*. Sobre os posicionamentos teóricos de Bernardo Soares, comparativamente à obra propriamente teórica de Fernando Pessoa, a pesquisadora afirma: “[...] as [reflexões] do *Livro* são menos acadêmicas e didáticas, de uma ensaística mais solta e frequentemente indistinta da própria escrita poética. São reflexões cunhadas em formas epigramáticas, imagísticas, rítmicas, que funcionam como teoria auto-ilustrada” (PERRONE-MOISÉS, 2001, p. 226).

criar, como hei-de empregar o verbo “ser” senão convertendo-o subitamente em transitivo? E então, triunfalmente, antigramaticalmente supremo, direi “Sou-me”. Terei dito uma filosofia em duas palavras pequenas. (PESSOA, 1999, p. 114)

Como é próprio da literatura, encontramos aí a linguagem fora de seu uso ordinário, cotidiano. Entretanto, é sobre o aspecto mais elementar da linguagem, sobre o que lhe é universal - por exemplo, a relação entre a categoria de pessoa e a constituição do sujeito -, que Benveniste desenvolverá boa parte de seus trabalhos que ficaram conhecidos como sua teoria da enunciação. Para analisar uma obra literária de linguagem tão ousada como o *Livro do Desassossego* a partir de tal teoria, é preciso ter em vista essa posição “antigramaticalmente suprema” em que o enunciador se coloca. É preciso levar em conta, de um lado, aquilo que o linguista descreve como característico do uso geral da língua, e, de outro lado, o modo transgressor por meio do qual o autor literário se enuncia. Há nisso um aspecto paradoxal que é o cerne de toda transgressão: é preciso haver norma para que se possa transgredi-la. Ou seja, toda enunciação “antigramaticalmente suprema” só é possível porque existe uma gramática, porque existe um uso geral da língua.

Tendo isso em vista, pretendo analisar trechos do *Livro do Desassossego* com base na teoria enunciativa de Benveniste, partindo da hipótese de que as formas de primeira pessoa têm, na obra, uma dupla função: num modo convencional da enunciação, é por meio delas que o locutor pode se apresentar como sujeito diante de um *tu* (o leitor virtual), e, num modo literário (ou não-convencional) da enunciação, é também por meio dessas formas que novas possibilidades de subjetividade podem ser exploradas. Em outras palavras, acredito que o enunciador do *Livro do Desassossego* transita entre: a) um uso convencional das formas do *eu* para estabelecer a condição de subjetividade necessária e subjacente a qualquer enunciação e b) um uso literário das formas do *eu* que toma essa mesma condição de subjetividade como matéria, como objeto de sua enunciação. É à enunciação literária, ao item *b*, que me volto nas análises a seguir.

3 Formas do *eu* na literatura

Essa hipótese é inspirada na análise que o filósofo Dany-Robert Dufour (2004) faz da obra *O Inominável*, de Samuel Beckett, a partir de formulações de Benveniste. Estudioso da obra do linguista, Dufour vê a fórmula benvenistiana “é eu quem diz eu”⁶ como uma síntese da revolução de pensamento proporcionada pelos trabalhos de Benveniste que futuramente ficariam conhecidos como sua teoria da enunciação. Entretanto, o filósofo nos provoca também a pensar nas limitações dessa fórmula, ao contrapô-la a uma outra, encontrada em *O Inominável*. Em sua leitura dessa obra, que foi publicada em 1953, Dufour (2004) identifica uma “notável fórmula contrabenvenistiana” (p. 5, tradução nossa): “je dis je en sachant que ce n’est pas moi” (“eu digo eu sabendo que não se trata de mim”).

⁶ Dufour refere-se à “fórmula benvenistiana” como “est je qui dit je”. Observo, porém, que a expressão encontrada em *Da subjetividade na linguagem*, de 1958, usa o pronome latino “ego”, referido anteriormente, no mesmo texto, também como “o conceito de ‘ego’”. No original, portanto, temos: “Est ‘ego’ qui dit ‘ego’”. De todo modo, entendo que Dufour refere-se a essa fórmula benvenistiana para indicar, de modo geral, as descobertas e formulações do linguista em seus estudos sobre os pronomes e a categoria de pessoa na língua, que começaram a ser publicados em 1946, com *Estrutura das relações de pessoa no verbo*.

Ao registrar a semelhança e, ao mesmo tempo, a completa diferença entre essas duas fórmulas, Dufour (2004), por um lado, reconhece a inescapável necessidade das formas do *eu* para organizar o discurso e garantir a condição subjetiva, e, por outro, chama atenção à situação, criada por Beckett, de completo fracasso dessa mesma condição subjetiva. Em sua leitura de *O Inominável*, Dufour (2004) mostra-nos a possibilidade do uso dos dêiticos como uma maldição:

Longe de o discurso se organizar instantaneamente, como afirma Benveniste, o uso dos dêiticos, o primeiro dos quais, o *eu*, mergulha aquele que o diz em um imbróglio subjetivo, um prolongado equívoco, um mal-entendido incurável, uma confusão sem remédio, uma desordem recorrente da qual o infeliz narrador de *O Inominável* jamais sairá. (p. 6, tradução nossa, grifos do autor).

Há algo que Dufour afirma sobre a escrita de *O Inominável* que, a meu ver, podemos enxergar também no *Livro do Desassossego*: um enunciador que recorre aos dêiticos, de maneira engenhosa, para trazer à tona a condição subjetiva que é subjacente à enunciação, para fazer dela um tema literário. Vejamos, por exemplo, o pequeno trecho que escolhi como epígrafe deste artigo: “Quem sou *eu* para *mim*? Só uma sensação *minha*.” (PESSOA, 1999, p. 270, grifos meus). Nesse curtíssimo parágrafo, Bernardo Soares consegue nos lançar em um pequeno labirinto, com a última palavra da resposta, *minha*, de certo modo nos remetendo de volta à pergunta, aos outros dois pronomes de primeira pessoa que a compõem, *eu* e *mim*.

Aponto, porém, uma diferença entre a análise que Dufour (2004) faz de *O Inominável* e a que proponho neste artigo sobre o *Livro do Desassossego*. Dufour destaca que, na obra de Beckett, esse trabalho com a linguagem vem principalmente no sentido de um esfacelamento do sujeito, de um fracasso da condição subjetiva. A meu ver, no *Livro do Desassossego* encontramos outras possibilidades de subjetividade sendo criadas a partir das formas do *eu*. Por ser uma obra composta por fragmentos, há uma diversidade de enunciações produzindo uma diversidade de sujeitos. A seguir, guiado pela hipótese formulada acima, apresento algumas análises sobre essas diferentes possibilidades de subjetivação criadas no *Livro do Desassossego* a partir das formas do *eu*. Uso como quadro teórico as reflexões de Benveniste no texto *A forma e o sentido na linguagem* e as proposições de Dufour sobre o dispositivo trinitário, que o filósofo propõe a partir de sua leitura das formulações benvenistianas.

4 Paisagens de sensações

Paira-me à superfície do cansaço qualquer coisa de áureo que há sobre as águas quando o sol findo as abandona. Vejo-me como ao lago que imaginei, e o que vejo nesse lago sou eu. Não sei como explique esta imagem, ou este símbolo, ou este eu em que me figuro. Mas o que tenho por certo é que vejo, como se de facto visse, um sol por trás de montes, dando raios perdidos sobre o lago que os recebe a ouro escuro.

Um dos malefícios de pensar é ver quando se está pensando. Os que pensam com o raciocínio estão distraídos, os que pensam com a emoção estão dormindo, os que pensam com a vontade estão mortos. Eu, porém, penso com a imaginação, e tudo quanto deveria ser em mim ou razão, ou mágoa, ou

impulso, se me reduz a qualquer coisa indiferente e distante, como este lago morto entre rochedos onde o último do sol paira desalongadamente.

Porque parei, estremeceram as águas. Porque reflecti, o sol recolheu-se. Cerro os olhos lentos onde a noite começa a deixar de ser dia num reflexo castanho escuro de águas de onde as algas surgem.

Porque escrevi, nada disse. Minha impressão é que o que existe é sempre em outra região, além de montes, e que há grandes viagens por fazer se tivermos alma com que ter passos.

Cessei, como o sol na minha paisagem. Não fica, do que foi dito ou visto, senão uma noite já fechada, cheia de brilho morto de lagos, numa planície sem patos bravos, morta, fluida, húmida e sinistra. (PESSOA, 1999, pp. 314-315)

Para analisar esse fragmento, de número 339 na edição aqui consultada, recorro ao texto *A forma e o sentido na linguagem*, do qual recupero brevemente algumas noções. Nesse texto, Benveniste formula pela primeira vez, de modo explícito, as diferenças e relações entre os dois domínios da língua, o semiótico e o semântico. Do semiótico, a unidade mínima é o signo, e o critério para que um signo exista na língua é o fato de ser reconhecido pelo falante, conforme Benveniste resume com sagacidade: “‘Chapéu’ existe? Sim. ‘Chaméu’ existe? Não.” (BENVENISTE, 2006a, p. 227). Do semântico, a unidade é a palavra, que deve ser considerada sempre a partir de seu emprego em uma frase. Essas duas unidades são a chave da ligação entre os dois universos da língua, já que a palavra, unidade semântica, guarda relação direta com o signo, unidade semiótica: “Ora, as palavras, instrumentos da expressão semântica, são materialmente os signos do repertório semiótico” (BENVENISTE, 2006a, p. 233). Existe então, de um lado, o semiótico, a língua-sistema, conjunto de signos que se definem essencialmente por serem distintos uns dos outros; e, de outro lado, o semântico, a língua-discurso, que “constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo” (BENVENISTE, 2006a, p. 234).

A partir da noção de sintagmatização, volto-me ao seguinte período: “Vejo-me como ao lago que imaginei, e o que vejo nesse lago sou eu.” (PESSOA, 1999, p. 314). Das palavras autônomas⁷ desse período, que são oito, seis têm marcas de primeira pessoa (os verbos ‘Vejo’, ‘imaginei’, ‘vejo’, ‘sou’ e os pronomes ‘me’ e ‘eu’), intercaladas a duas ocorrências da palavra ‘lago’. Ou seja, há uma forte reiteração da ideia de pessoa subjetiva, e há o ‘lago’. Se nos lembrarmos de que “cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo” (BENVENISTE, 2006a, p. 234), o que me parece ficar retido na palavra ‘lago’ de seu valor enquanto signo é sua própria condição de signo, sua capacidade de remeter a uma coisa imaginada, imaginada por um *eu*, portanto também parte desse *eu*. Em minha leitura, o que resulta da sintagmatização “Vejo-me como ao lago que imaginei, e o que vejo nesse lago sou eu” é uma propagação do sentido das formas de primeira pessoa sobre o sentido da forma ‘lago’.

Lembremos que o conjunto ‘o lago que imaginei’ retoma toda uma cena descrita no período anterior - “Paira-me à superfície do cansaço qualquer coisa de áureo que há sobre as águas quando o sol findo as abandona” (PESSOA, 1999, p. 314). E, se o ‘lago’ pode ser ‘eu’,

⁷ Em *Os níveis da análise linguística*, Benveniste define como palavras autônomas aquelas que “funcionam como constituintes da frase” e como palavras sin-nomas aquelas que “só podem entrar em frases acrescentadas a outras palavras” (BENVENISTE, 2005d, p. 132).

toda essa paisagem retomada pela ideia do ‘lago que imaginei’ também pode. Garantido esse intercâmbio semântico, por meio do qual o sentido de subjetividade presente nas formas do *eu* pôde ser transferido ao ‘lago’, ao ‘sol’, às ‘águas’, ganham força as imagens do terceiro parágrafo, por meio das quais cada ato de pensamento-imaginação do enunciador determina uma mudança na paisagem: “Porque parei, estremeceram as águas. Porque reflecti, o sol recolheu-se.” (PESSOA, 1999, p. 314).

As descrições de paisagens têm lugar privilegiado nos textos-fragmentos que compõem o *Livro do Desassossego*. Leyla Perrone-Moisés (2001) faz essa observação em diferentes momentos de seus artigos sobre a obra: “a cidade de Lisboa, descrita, reiteradamente, como numa série de aquarelas, de finíssimos matizes” (p. 217); “Onde a poesia ronda, tendendo a invadir a prosa e a dominá-la, é sobretudo na descrição de paisagens e dos efeitos meteorológicos” (p. 234). Ou podemos buscar essa confirmação no próprio *Livro do Desassossego*: “Faço paisagens com o que sinto. Faço férias das sensações” (PESSOA, 1999, p. 54).

Tomo emprestada a ideia de Perrone-Moisés (2001), de pensar as descrições de paisagens no *Livro do Desassossego* como “aquarelas, de finíssimos matizes” (p. 217), buscando aproximá-la de minha hipótese, segundo a qual Bernardo Soares faz um uso literário das formas de primeira pessoa com o objetivo de tomar a subjetividade subjacente a toda enunciação como matéria, como objeto de sua enunciação. Em vários momentos, como na passagem analisada acima, acredito que o emprego das formas do *eu* tem como finalidade matizar as palavras do entorno com as marcas do sujeito, como se fosse possível emprestar porções de subjetividade à pintura de um quadro que se faz pela escrita. É nessa mesma perspectiva que leio o breve fragmento 159, citado a seguir:

Que rainha imperiosa guarda ao pé dos seus lagos a memória da minha vida partida? Fui o pajem de alamedas insuficientes às horas aves do meu sossego azul. Naus longe completaram o mar a ondear dos meus terraços, e nas nuvens do sul perdi minha alma, como um remo deixado cair. (PESSOA, 1999, p. 171)

O texto se inicia com a descrição de uma cena, com um personagem (‘Que rainha imperiosa’), uma ação (‘guarda’), um cenário (‘ao pé dos seus lagos’) - até que a primeira pessoa aparece no sintagma ‘a memória da *minha* vida partida’, e logo é retomada no período seguinte, pelo verbo ‘ser’ no passado, ‘Fui o pajem’. Ao considerarmos esses dois sintagmas, vemos neles um forte valor de passado, da ausência de um *eu* que partiu, que deixou de ser. Mas, como dito anteriormente, o texto começa com a descrição de uma cena, e é nessa cena que o sujeito *eu*, embora ausente, vem emergir. Dois sentidos parecem concorrer, o de presença e o de ausência. Normalmente, por sua função dêitica, as formas do *eu* marcam a presença do locutor; entretanto, o uso que Bernardo Soares faz delas nesse texto lhes confere um valor de ausência. Recuperando novamente a ideia de que, no processo de sintagmatização, “cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo” (BENVENISTE, 2006a, p. 234), qual parte do valor de signo fica retida nas palavras que trazem marcas de primeira pessoa nesse texto? Vejamos o próximo sintagma em que aparece a marca de primeira pessoa: ‘às horas aves do *meu* sossego azul’. Parece-me que o papel do pronome possessivo aí é o de ser um índice de subjetividade, operando pouco por sua função dêitica e assumindo um valor quase lexical, que deve compor a imagem construída junto às palavras de seu entorno. Aliás, se observamos a distribuição dos quatro pronomes possessivos de primeira pessoa (‘minha’, ‘meu’, ‘meus’,

‘minha’) ao longo do texto, eles aparecem quase como um marcador de ritmo, uma reiteração regular da subjetividade:

Que rainha imperiosa guarda ao pé dos seus lagos a memória da *minha* vida partida? Fui o pajem de alamedas insuficientes às horas aves do *meu* sossego azul. Naus longe completaram o mar a ondear dos *meus* terraços, e nas nuvens do sul perdi *minha* alma, como um remo deixado cair. (PESSOA, 1999, p. 171, grifos meus)

Parece-me que o próprio da sintagmatização, como descrita por Benveniste em *A forma e o sentido na linguagem*, é promover uma solidariedade entre as formas linguísticas que possibilita o intercâmbio de porções semânticas entre elas, resultando numa combinação que é o sentido da frase. Na escrita de Bernardo Soares, nos trechos analisados acima, acredito que o emprego das palavras em primeira pessoa tem uma finalidade de *emprestar* subjetividade ao sentido global do texto. O que espero que essas primeiras análises tenham permitido mostrar é que a subjetividade ganha um segundo estatuto: deixa de ser somente uma condição subjacente à enunciação, para ser trazida à tona, como tema, como objeto, como matéria, passível de ser manejada *na/pela* enunciação literária.

5 Representar o irrepresentável

Em sua provocante obra *Os mistérios da trindade*, o filósofo Dany-Robert Dufour postula que há um dispositivo trinitário natural em todas as línguas naturais. No capítulo *A trindade e a língua*, essa tese é formulada com base, principalmente, nos estudos de Benveniste sobre os pronomes e a pessoa verbal: “O prisma formado pelo conjunto ‘eu’, ‘tu’, e ‘ele’ funciona, de certa maneira, como um dispositivo no interior da língua, que inscreve sempre em seus lugares os alocutários” (DUFOUR, 2000, p. 69). O ponto de partida para Dufour pensar esse dispositivo são as oposições que Benveniste faz entre pessoa (*eu* e *tu*) e não-pessoa (*ele*) e, interiormente à primeira categoria, entre pessoa subjetiva (*eu*) e pessoa não-subjetiva (*tu*). Fora dessas correlações, o que talvez possa existir (um *eu* “puro”) seria uma espécie de encontro entre corpo e língua incapaz de se organizar, incapaz de dizer. Felizmente, o dispositivo trinitário possibilita dar ordem a essa existência:

Graças a este dispositivo, a loucura unária do “eu”, aquela que porta meu corpo na língua inscrevendo-o como corpo falante, essa forma louca que desemboca no mundo antes de todo controle e vota, assim, o “eu” a perder-se incessantemente na medida mesma em que se encontra, essa loucura se disciplina e entra no discurso. Por certo, ela jamais está longe: ela fica à espreita, mas está contida. (DUFOUR, 2000, p. 70)

Quanto à primeira oposição (*eu* x *tu*), o segredo de seu funcionamento está na possibilidade de inversão dos papéis. É o fato de poder assumir a fala em breve, a possibilidade de ser *eu*, que faz com que um *tu* aceite que o outro seja *eu*. Portanto, a verdadeira troca na conversação - ou, pelo menos, a mais importante - não é de informações, mas do operador “eu”.

Naturalmente, essa relação entre *eu* e *tu* não é pacífica: citando Lacan, Dufour dirá que ela se funda sobre uma base rivalitária e concorrencial. De todo modo, é nessa relação que se estabelece uma relação de copresença. “Ora, o espaço e o tempo atuais do discurso têm uma só e única definição: o presente nada mais é que o tempo em que ‘eu’ fala a ‘tu’.” (DUFOUR, 2000, p. 87).

Essa definição de presente permite introduzir o terceiro termo e a nova oposição: *eu* e *tu*, copresentes, opõem-se a *ele*, ausente: “para que dois estejam *aqui* e *agora* copresentes, é necessário - necessário e suficiente - que um outro esteja *lá*, ausente” (DUFOUR, 2000, p. 91, grifos do autor). Ao falarmos, *eu* e *tu*, demarcamos um território, externo a nós, para *ele*; definimos que *ele* está ausente de nossa troca. Trata-se de uma necessidade existencial do sujeito:

Se a ausência não é exterior, então ela é interior; e se a ausência é interior, então ela me devora, *eu sou a ausência* e me identifico com minha própria desapareição, com meu próprio cadáver; torno-me *abjeto* antes mesmo que me interogue sobre o *objeto*. *Todo sujeito é fóbico, porque todo sujeito passa – passa e repassa – por essa experiência*. Sem delimitação do horror, os interlocutores não poderiam começar a falar. (DUFOUR, 2000, p. 92, grifos do autor)

Não é à toa que Dufour afirma que entre *eu* e *tu* existe uma alteridade fraca, transitiva, enquanto entre *eu-tu* e o terceiro termo *ele* existe uma alteridade forte, intransitiva. É que *eu* e *tu* afastam para o campo da ausência tudo aquilo que eles recusam, que não querem reconhecer como seu. Um exemplo extremo, mas não incomum, é a prática do sacrifício: “O horror era, por esses ritos, instalado fora do espaço dos colocutores. Essa demarcação simbólica da abjeção era constituída como origem sagrada, delimitando o espaço de simbolização do grupo” (DUFOUR, 2000, p. 92). Entretanto, como o próprio Dufour (2000) problematizará, “a ausência denotada por ‘ele’ é uma ausência *re-presentada* no campo da presença. Já que ‘ele’ traz a ausência ao campo da presença, ‘ele’ é uma *presentificação da ausência* e, em última instância, da morte” (p. 107, grifos do autor).

Dufour recorre então novamente a Benveniste para uma nova proposição. De duas passagens do texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, Dufour vê as possibilidades de que o terceiro termo *ele* varie qualitativa e quantitativamente. No primeiro caso, vejamos o que diz Benveniste: “Da sua função de forma não pessoal, a ‘terceira pessoa’ tira essa capacidade de se tornar igualmente bem uma forma de respeito que faz de um ser muito mais que uma pessoa e uma forma de ultraje que pode anulá-la como pessoa” (BENVENISTE, 2005b, p. 254). No segundo caso, trata-se da possibilidade de *ele* ser “uma infinidade de sujeitos - ou nenhum” (BENVENISTE, 2005b, p. 253). Dessas possíveis variações do terceiro termo, Dufour (2000) postulará a existência de dois valores para o *ele*: de um lado, o *ele* já trabalhado acima, que indica “uma ausência positivamente representada no campo da presença” (p. 109); de outro, o *ele* em grafia tachada (*ele*), indicando “uma outra forma de ausência, *irrepresentável* no campo da presença, uma ausência radical” (p. 109, grifo do autor).

Com isso, chego ao ponto que me parece crucial para a análise que aqui empreendo: de que forma esse novo termo, *ele*, afeta a constituição do sujeito?

A hemorragia unária do “eu”, pois, vai sendo aos poucos contida em uma série de diádes, até a última que situa, em “*ele*”, um limite irredutível. Este

“~~ele~~” é externo à estrutura trinitária: ele a garante e a delimita, na medida em que é sua perfeita exterioridade. “~~Ele~~” é o eco da deriva unária iniciada com o “eu”, por seu outro “tu”, pelo Outro do sujeito e seu outro “ele”. “~~Ele~~” é o Outro do Outro: este termo que não existe, irrepresentável, ameaça absoluta de toda simbolização. (DUFOUR, 2000, p. 111)

Ou, mais especificamente, aproximando a pergunta de minha hipótese: de que forma *ele* afeta a constituição de um sujeito que faz de sua subjetividade uma matéria manipulável, um objeto que se pode emprestar à composição de cenas e paisagens que só existem imaginadas e escritas?

Se há dois “ele”, um representando o outro, a cena da representação é dividida: bem atrás da representação mantém-se um não representável. Ou ainda: há a cena e o obscuro. Pode-se pensar que o que está em jogo na cena da representação é representar o não-representável.

*

Sabe-se desde Mallarmé: o escrito visa a ausência radical, “a ausente de todos os grupos”. (DUFOUR, 2000, p. 112)

A tese de que a escrita (literária)⁸ visa o *ele*, o irrepresentável, é instigante e me parece adequada à leitura que faço do *Livro do Desassossego*. Comecei estas reflexões destacando uma marca de incompletude que ronda o enunciador e a própria obra, internamente. Uma possível explicação para isso pode ser o fato de que o enunciador do *Livro do Desassossego* está sempre em busca desse “irrepresentável, ameaça absoluta de toda simbolização” (DUFOUR, 2000, p. 111). Bernardo Soares parece seduzido e assombrado pela contradição que o ato da representação coloca:

E eu, cujo espírito de crítica própria me não permite senão que veja os defeitos, as falhas, eu, que não ousou escrever mais que trechos, bocados, excertos do inexistente, eu mesmo, no pouco que escrevo, sou imperfeito também. Mais valera, pois, ou a obra completa, ainda que má, que em todo o caso é obra; ou a ausência de palavras, o silêncio inteiro da alma que se reconhece incapaz de agir. (PESSOA, 1999, p. 115)

6 “Ser eles e não eles”

Nesta última seção, pretendo analisar mais um trecho do *Livro do Desassossego* sob o quadro teórico que o capítulo *A trindade e a língua*, de Dufour (2000), nos oferece. Encerrei as análises anteriores, na seção 4, esperando ter mostrado que, no *Livro do Desassossego*, “a subjetividade ganha um segundo estatuto: deixa de ser somente uma condição subjacente à enunciação, para ser trazida à tona, como tema, como objeto, como matéria, passível de ser manejada *na/pela* enunciação literária” (acima, neste texto). Minha tese é a de que o enunciador recorre com habilidade às formas de primeira pessoa para, por meio da sintagmatização,

⁸ Entendo que Dufour refere-se não a toda escrita, mas à literatura.

emprestar subjetividade (entendida aqui já no segundo estatuto de que falo, como tema, como objeto) ao sentido global do texto. Agora, pretendo mostrar como esse mesmo procedimento pode ter relação também com o terceiro termo *ele* e seu desdobramento *elē*, de que nos fala Dufour.

Vejamos o primeiro parágrafo do fragmento 157 na edição consultada:

Criar dentro de mim um estado com uma política, com partidos e revoluções, e ser eu isso tudo, ser eu Deus no panteísmo real desse povo-eu, essência e acção dos seus corpos, das suas almas, da terra que pisam e dos actos que fazer. Ser tudo, ser eles e não eles. Ai de mim! Este ainda é um dos sonhos que não logro realizar. Se o realizasse morreria talvez, não sei porquê, mas não se deve poder viver depois disso, tamanho o sacrilégio cometido contra Deus, tamanha usurpação do poder divino de ser tudo. (PESSOA, 1999, p. 172)

Deparamo-nos nesse trecho com a constituição da subjetividade em dois movimentos opostos, que se separam bem no meio do parágrafo. Na primeira parte, o enunciador testa até onde consegue inflar sua subjetividade. Alguns recursos operam no sentido de se aproximar do *ele*, da não-pessoa: os verbos na forma infinitiva (‘Criar’, ‘ser’, ‘ser’); a primeira pessoa apresentada como um ente passivo, que recebe a ação (‘dentro de mim’); a ordem não canônica das construções ‘ser eu isso tudo’, ‘ser eu Deus’ promovendo uma aproximação sintática entre sujeito e predicativo; a conversão do pronome ‘eu’ em item lexical na composição de uma nova palavra (‘povo-eu’). E, por fim, o último período dessa primeira parte: “Ser tudo, ser eles e não eles.” O termo ‘eles’, sabemos ao que se refere: é o estado, é o povo-eu, todo esse mundo que se quer criar. É a ausência representada. Já o ‘não eles’ é, ao contrário, o que não foi representado - parece-me equivaler ao *elē*, à ausência radical. Enquanto infla, em seu exercício de engrandecimento, o sujeito suportou por um instante “ser tudo”, suportou por um instante “ser eles”, mas na hora de ser “não eles”, na hora de ser o irrepresentável, estoura, cai. “Ai de mim!”. Estamos agora diante de um sujeito comum, que assume modestamente sua enunciação na forma pessoal de primeira pessoa (‘não logro realizar’), que reconhece a distância necessária entre o lugar do *eu* e o lugar do *Outro*, nesse caso representado pela imagem divina.

Destaco a importância das formas de primeira pessoa na escrita desse parágrafo, como na engenhosa composição ‘povo-eu’. Mas creio que boa parte da potência desse trecho analisado está na oposição que se faz entre os pronomes típicos da pessoa (‘ser *eu* isso tudo, ser *eu* Deus’) e da não-pessoa (‘ser *eles*’), seguida de uma negação da não-pessoa (‘e não *eles*’). Ora, de algum modo Bernardo Soares nos apresenta a uma categoria não prevista por Benveniste, a não-não-pessoa, um vislumbre além do território da língua.

Em *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana*, Benveniste (2005c) afirma que “a negação é em primeiro lugar admissão” (p. 91). “A característica da negação linguística consiste em que ela pode anular apenas o que é enunciado, que deve apresentá-lo explicitamente para suprimi-lo”. (BENVENISTE, 2005c, p. 91). Disso podemos compreender que, para negar um objeto linguisticamente, é preciso trazê-lo à existência. Isso implica que ser “não eles” não equivale a não ser nada. Ainda em sua reflexão sobre a negação segundo a descrição freudiana, Benveniste (2005c) afirma que a propriedade fundamental da linguagem “consiste em implicar que ‘algo’ corresponde àquilo que se enuncia - algo e não ‘nada’.” (p. 92).

Sendo assim, da fórmula “ser eles e não eles” temos como resultado ser duas coisas ao mesmo tempo: eles e o seu oposto. Se admitimos, com isso, que “eles” é a não-pessoa (o *ele* nos

termos de Dufour) e que “não eles” é um flerte com o que arrisquei chamar de não-não-pessoa (o *ele* de Dufour), vemos as categorias da língua sendo tensionadas de modo singular. Ao final desta análise, parece-me que, de fato, encontramos afinidades entre as teorias da linguagem de Bernardo Soares e de Benveniste. Afinal, a fórmula “ser eles e não eles” parece nascer do reconhecimento de que a língua constitui-se essencialmente de oposições. O elemento-chave, o que faz da fala de Bernardo Soares uma enunciação literária, não-convencional, é essa experimentação com os limites da língua, com suas oposições convencionais, brincando da possibilidade de que a pessoa subjetiva “eu” seja, ao mesmo tempo, a não-pessoa “eles” e, ainda por cima, o irrepresentável, o que está fora da língua, o “não eles”. “Ai de mim!”, diria o sujeito comum.

7 Considerações finais

Uma das premissas que assumi na escrita deste artigo foi a de que há uma afinidade entre a teoria da linguagem atribuída a Bernardo Soares por Leyla Perrone-Moisés e um princípio fundamental dos estudos benvenistianos, segundo o qual a constituição do sujeito se dá *na/pela* enunciação. A hipótese que me orientou foi a de que as marcas de primeira pessoa são usadas de modo não-convencional pelo enunciador do *Livro do Desassossego* para que a subjetividade subjacente a toda enunciação alcance um segundo estatuto, emergindo como tema, como matéria, como objeto passível de ser manejado *na/pela* enunciação literária.

As análises aqui realizadas voltaram-se a este aspecto - as marcas de primeira pessoa -, considerando-as a partir das oposições que, segundo Benveniste, constituem seu valor na língua: entre pessoa subjetiva (*eu*) e pessoa não-subjetiva (*tu*); e entre pessoa (*eu* e *tu*) e não-pessoa (*ele*). A leitura que Dufour faz dessa proposição contribuiu para pensar, dentro do quadro benvenistiano, algo que é característico da enunciação literária: o tensionamento do uso convencional da língua. Lembremos que o enunciador do *Livro do Desassossego* se anuncia como “antigramaticalmente supremo” quando apresenta a poderosa construção “Sou-me”, que tomei emprestada para o título deste artigo. Somente a partir da leitura de Dufour (2000) foi possível pensar na ideia de uma “não-não-pessoa” como um elemento trazido à tona numa das enunciações labirínticas que Bernardo Soares nos oferece.

Gosto da ideia de “labirinto” para descrever alguns usos das formas de primeira pessoa que encontramos no *Livro do Desassossego*. Já usei esse termo para me referir à epígrafe deste artigo e é a partir dele que leio também a passagem que citarei a seguir, para encerrar este texto. Segundo Benveniste, as formas ligadas ao *eu* orientam os sentidos, permitem identificar o locutor numa situação de discurso. Já um labirinto é algo desorientador dos sentidos - e, na análise de trechos do *Livro do Desassossego*, percebemos que o emprego das formas do *eu* têm muitas vezes a finalidade de fazer com que nos percamos, numa diluição da subjetividade (tomada como objeto) de tal modo que não temos a quem relacionar um pronome “mim”, “minha”, “meu”, senão ao próprio texto. Em “Quem sou eu para mim? Só uma sensação minha”, as marcas do sujeito se dividem em três funções, em três posições, de modo que se torna impossível ligá-lo a qualquer coisa que não seja ao próprio jogo de linguagem presente no enunciado. No trecho que cito abaixo, extraído do fragmento 193, encontramos tematizada essa integração do sujeito à própria enunciação, essa impossibilidade de existir fora dela. E, na frase final, mais um pequeno labirinto do *eu*.

Tornei-me uma figura de livro, uma vida lida. O que sinto é (sem que eu queira) sentido para se escrever que se sentiu. O que penso está logo em palavras, misturado com imagens que o desfazem, aberto em ritmos que são outra coisa qualquer. De tanto recompor-me destruí-me. De tanto pensar-me, sou já meus pensamentos mas não eu. Sondei-me e deixei cair a sonda; vivo a pensar se sou fundo ou não, sem outra sonda agora senão o olhar que me mostra, claro a negro no espelho do poço alto, *meu próprio rosto que me contempla contemplá-lo*. (PESSOA, 1999, p. 201, grifo meu)

Referências

- BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. 5 ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005a.
- BENVENISTE, E. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. 5 ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005b.
- BENVENISTE, E. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In: BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. 5 ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005c.
- BENVENISTE, E. Os níveis da análise linguística. In: BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. 5 ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005d.
- BENVENISTE, E. A forma e o sentido na linguagem. In: BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. 2 ed. Trad. Eduardo Guimarães *et al.* Campinas: Pontes Editores, 2006a.
- BENVENISTE, E. A linguagem e a experiência humana. In: BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. 2 ed. Trad. Eduardo Guimarães *et al.* Campinas: Pontes Editores, 2006b.
- DUFOUR, D-R. A trindade e a língua. In: DUFOUR, D-R. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- DUFOUR, D-R. Beckett, linguiste de Benveniste. In: Actes du Colloque Corpus d'écriture-corps politiques. *Revue Textuel*, 2004. Disponível em: <http://www.dany-robert-dufour.fr/?p=252>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- PERRONE-MOISÉS, L. A prosa do desassossego. In: PERRONE-MOISÉS, L. *Fernando Pessoa - Aquém do eu, além do outro*. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PESSOA, F. *Livro do Desassossego*: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. Organização: Ricardo Zenith. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVESTRE, O. M. O que nos ensinam os novos meios sobre o Livro no Livro do Desassossego. *MATLIT: Materialidades da Literatura*, v. 2, n. 1, pp. 79-98, 2014.

Recebido em: 26/02/2021

Aceito em: 31/05/2021